

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Quarta-Feira, 19/02/2025



**PREFEITURA DE
PIRAPORA DO BOM JESUS**
Estado de São Paulo

LEI ORDINÁRIA N.º 1341, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2025.

"ALTERA A LEI Nº 1.148 DE 25 DE ABRIL DE 2018
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

GREGÓRIO RODRIGUES PONTES MAGLIO, Prefeito Municipal de PIRAPORA DO BOM JESUS, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 2.º da Lei nº 1.146 de 25 de abril de 2018, passa a vigorar com acréscimo e adequação da seguinte redação:

"Art. 2.º (---)

I - (---)

c) Um representante do Meio Ambiente, Comércio e Indústria;

(---)

e) Um representante da Saúde;

f) Um representante de Serviços Municipais;

II - (---)

c) Um representante dos Artesãos e/ou Artistas Plásticos;

d) Um representante dos Turismólogos e/ou Técnicos em Turismo;

e) Um representante dos Historiadores, Sociólogos, Geógrafos e/ou profissionais das Ciências Humanas;

f) Um representante dos Artistas, Músicos e/ou de representantes de Manifestações Culturais;

g) Um representante dos Jornalistas e/ou Produtores de Conteúdo Digital;

(---)



**PREFEITURA DE
PIRAPORA DO BOM JESUS**
Estado de São Paulo

i) Um representante do Turismo Ecológico e/ou de Aventura;

j) Um representante do Turismo de Eventos, Desportivo e/ou Pedagógico;

(---)

II) Um representante do Comércio, Ambulantes e/ou Empresas de Segmentos Diferenciados associados ou complementar ao Turismo;

Turismo;

m) Um representante das Operadoras e Agências de Turismo e/ou de Guiamento de;

n) Um representante dos Arquitetos e/ou Engenheiros;

o) Um representante dos profissionais da Tecnologia da Informação;

III - (---)

c) Um representante da Polícia Civil."

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pirapora do Bom Jesus, 10 de fevereiro de 2025.

GREGÓRIO RODRIGUES PONTES MAGLIO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado no DOM de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal nº 1.270 de 30 de junho de 2023.

JOÃO BOSCO VIEIRA DA SILVA JÚNIOR
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO



**PREFEITURA DE
PIRAPORA DO BOM JESUS**
Estado de São Paulo

LEI ORDINÁRIA N.º 1342, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2025.

"DIRETOR SOBRE A ALTERAÇÃO DO ARTIGO 3.º
DA LEI 1.277 DE 11 DE JULHO DE 2023 E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

GREGÓRIO RODRIGUES PONTES MAGLIO, Prefeito Municipal de PIRAPORA DO BOM JESUS, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1.º O artigo 3.º da Lei de 1.277 de 11 de julho de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2.º - O valor mensal do Auxílio-Transporte corresponderá a R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais).

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pirapora do Bom Jesus, 11 de fevereiro de 2025.

GREGÓRIO RODRIGUES PONTES MAGLIO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado no DOM de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal nº 1.270 de 30 de junho de 2023.

JOÃO BOSCO VIEIRA DA SILVA JÚNIOR
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Pres. dos Tribunais Municipais - nº 17 - 1.º Termo - Pres. do Trib. de 1.ª Inst. do M.º de São Paulo - nº 18 - 1.º Termo - 1.º Termo



**PREFEITURA DE
PIRAPORA DO BOM JESUS**
Estado de São Paulo

DECRETO MUNICIPAL N.º 6.874 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2025.

"Aprova o Regimento Interno e o Funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e dá outras providências."

GREGÓRIO RODRIGUES PONTES MAGLIO, Prefeito Municipal de Pirapora do Bom Jesus, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Lei Municipal nº 1.178 de 18 de dezembro de 2019;

DECRETA:

Artigo 1.º. Fica por meio deste Decreto Aprovado o Regimento Interno e o Funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, órgão colegiado paritário de natureza permanente, com funções consultiva, normativa, de aconselhamento e assessoramento ao Governo Municipal, e de formulação e controle das políticas municipais voltadas à inclusão e defesa dos direitos das Pessoas com Deficiência criadas pela Lei Municipal nº 1.178 de 18 de dezembro de 2019.

Artigo 2.º. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência:

I - elaborar os planos, programas e projetos da política municipal para inclusão das Pessoas com Deficiência e propor as providências necessárias à sua completa implantação e ao seu adequado desenvolvimento, inclusive as pertinentes a recursos financeiros, sempre que necessários, e as de caráter legislativo;

II - zelar pela efetiva implantação da política municipal para inclusão das Pessoas com Deficiência;

III - acompanhar e planejar e avaliar a execução das políticas municipais de acesso à educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, esporte, lazer, urbanismo e outras relativas às das Pessoas com Deficiência;

IV - acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária do Município, sugerindo as modificações necessárias à consecução da política municipal para inclusão das Pessoas com Deficiência;

V - zelar pela elevação do sistema descentralizado e participativo de defesa dos direitos das Pessoas com Deficiência;

VI - propor a elaboração de pesquisa e estudos que visem a melhoria da qualidade de vida das Pessoas com Deficiência;

VII - acompanhar, mediante relatórios de gestão, o desempenho dos programas e projetos da política municipal para inclusão das Pessoas com Deficiência;

VIII - manifestar-se, dentro dos limites de sua atuação, acerca da administração e condução de trabalhos de prevenção, identificação, reabilitação e inclusão social de entidade particular ou pública, quando houver notícia de irregularidade, expedindo, quando entender



**PREFEITURA DE
PIRAPORA DO BOM JESUS**
Estado de São Paulo

cabível, recomendação ao representante legal da entidade;

IX - avaliar anualmente o desenvolvimento da política municipal de atendimento especializado às Pessoas com Deficiência de acordo com legislação em vigor, visando à sua plena adequação;

X - convocar assembleia de escolha de representantes da sociedade civil, quando houver vacância no lugar de conselheiro titular e suplente, ou no final do mandato, dirigindo os trabalhos eleitorais;

XI - solicitar aos órgãos municipais, a indicação dos membros, titular e suplente, em caso de vacância ou término do mandato;

XII - eleger o Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário dentre seus membros;

XIII - elaborar seu Regimento Interno;

XIV - desenvolver outras atividades correlatas.

Artigo 3.º. O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência realizará, sob sua coordenação uma Conferência Municipal, coincidindo com a Conferência Estadual ou por deliberação da plenária, para avaliar e propor políticas públicas da área a serem implementadas ou já efetivadas no Município, garantindo sua ampla divulgação.

Artigo 4.º. O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, será composto por 9 (nove) membros titulares e 9 (nove) membros suplentes, sendo:

I - 3 (três) membros, representantes o poder público por meio das Secretarias municipais;

II - 6 (seis) membros da sociedade civil, escolhidos em fórum próprio, garantindo nessa composição a participação de pelo menos uma pessoa com deficiência auditiva, deficiência física, deficiência intelectual (mental) ou seu representante legal e deficiência múltipla ou seu representante legal, na falta de candidatos que atendam a esses critérios, as vagas serão consideradas livres;

§ 1.º. Os membros titulares e suplentes a que se refere o inciso I deste artigo serão escolhidos por meio de processo eleitoral próprio.

§ 2.º. Em caso de não serem preenchidos os mandatos de titular e suplente ou de ficarem vacantes, será realizado processo eleitoral suplementar específico para esse preenchimento.

§ 3.º. Os membros representantes do Governo Municipal serão indicados pelos Titulares das respectivas Pastas relacionadas no inciso I deste artigo dentre servidores do comprovada atuação e/ou comprometimento nos assuntos das pessoas com deficiência.

§ 4.º. Os membros eleitos e os representantes do Governo Municipal serão designados por Portaria expedida pelo Prefeito Municipal para um mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução.



**PREFEITURA DE
PIRAPORA DO BOM JESUS**
Estado de São Paulo

§ 5.º. As funções de Conselheiro são consideradas como de serviço público relevantes e não serão remuneradas.

Artigo 5.º. Para cada conselheiro titular será indicado, simultaneamente, um conselheiro suplente, observando os mesmos procedimentos e exigências.

§ 1.º. O mandato dos Conselheiros será de 2 (dois) anos, admitindo-se recondução.

§ 2.º. A função do membro do Conselho é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

§ 3.º. A nomeação e posse dos conselheiros serão feitas mediante portaria expedida pelo Prefeito Municipal.

Artigo 6.º. Parágrafo: o mandato do conselheiro que:

I - desvirtuasse do órgão de origem de sua representação;

II - faltar a três (3) reuniões consecutivas ou a cinco intercaladas sem justificativa, que deverá ser apresentada na forma prevista no regimento interno;

III - apresentar renúncia ao conselho;

IV - apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;

V - for condenado por sentença irrecorrível em razão do cometimento de crime ou contravenção penal.

Artigo 7.º. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Promoção Social dará suporte administrativo e financeiro ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que contará também com a colaboração técnica dos demais órgãos municipais nele representados.

Artigo 8.º. O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência terá a seguinte estrutura:

I - Da estrutura,

a) Colegiado;

b) Mesa Diretora;

c) Comissões Temáticas e/ou Grupos de Trabalho; d) Secretaria de apoio técnico-administrativo.

Artigo 9.º. A mesa diretora será composta por:

I - Presidente: Vice-Presidente e Secretário;

II - Das instâncias de participação:

a) Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em caráter bienal;

b) Fórum Regional, Câmaras Temáticas, Comitês, Grupos de Trabalho (GTs) e demais formas de organização da sociedade civil, nos termos no inciso XIV do Art. 2.º;

§ 1.º. A Mesa Diretora será eleita na primeira reunião extraordinária, convocada para esta finalidade, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a nomeação a que se refere o § 5.º do artigo 9.º.

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Quarta-Feira, 19/02/2025



PREFEITURA DE PIRAPORA DO BOM JESUS

Estado de São Paulo

§ 2º. A eleição da Mesa Diretora, em sessão presidida pela titular da pasta da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Promoção Social ou prontos designados, dar-se-á mediante escolha dentre seus membros, por voto da maioria simples, para ocuparem os cargos pelo período de 2 (dois) anos.

§ 3º. Os eleitos tomarão posse imediatamente após a proclamação do resultado, na mesma sessão, que lhes será dada pelo Colegiado.

Art.10. No prazo de 120 (cento e vinte) dias a partir da posse dos Conselheiros, a Mesa Diretora do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentará o Plano de Ação correspondente ao período da respectiva gestão.

Art.11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Pirapora do Bom Jesus, 3 de fevereiro de 2025.

GREGÓRIO RODRIGUES PONTES MAGLIO
Prefeito Municipal

Publicado no D.O.M. Diário Oficial Eletrônico do Município de Pirapora do Bom Jesus, nos termos da Lei Municipal nº 1.270/2023.

JOÃO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Procurador-Geral



PREFEITURA DE PIRAPORA DO BOM JESUS

Estado de São Paulo

DECRETO Nº 6.677 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2025.

Dispõe sobre horário diferenciado de funcionamento do comércio na região central dentro da programação Esquentando de Carnaval: VERAO COM ENERGIA 2025 e dá outras providências.

GREGÓRIO RODRIGUES PONTES MAGLIO, Prefeito do Município de Pirapora do Bom Jesus, no uso das suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o comércio da região central a funcionar em horário diferenciado no período de 15 a 23 de fevereiro de 2025 dentro da programação Esquentando de Carnaval: VERAO COM ENERGIA 2025, com os seguintes horários:

I - No sábado dia 15 de fevereiro o horário de funcionamento do comércio localizado na região central será permitido, inclusive com uso de som, até a 1 (uma) hora da manhã do dia 16 de fevereiro de 2025;

II - No domingo dia 16 de fevereiro o horário de funcionamento do comércio localizado na região central será permitido até às 22:00 horas;

III - Na sexta-feira dia 21 de fevereiro o horário de funcionamento do comércio localizado na região central será permitido, inclusive com uso de som, até a 1 (uma) hora da manhã do dia 22 de fevereiro de 2025;

IV - No sábado dia 22 de fevereiro o horário de funcionamento do comércio localizado na região central será permitido, inclusive com uso de som, até a 1 (uma) hora da manhã do dia 23 de fevereiro de 2025;

V - No domingo dia 23 de fevereiro o horário de funcionamento do comércio localizado na região central até às 22:00 horas.

Art. 2º O descumprimento do disposto neste Decreto sujeita o infrator à penalidade de multa e demais cominações pertinentes, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

Art. 3º A fiscalização das disposições deste Decreto será exercida pela Secretaria Municipal de Segurança Pública com apoio da GCM e acionamento da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em caso de necessidade.

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

GREGÓRIO RODRIGUES PONTES MAGLIO
Prefeito Municipal

Praca dos Poderes Municipais - nº 67 - Centro - Pirapora do Bom Jesus



PREFEITURA DE PIRAPORA DO BOM JESUS

Estado de São Paulo

Continuação do Decreto nº 6.677/2025

Publicado no D.O.M. Diário Oficial Eletrônico do Município de Pirapora do Bom Jesus, nos termos da Lei Municipal nº 1.270/2023.

JOÃO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Procurador-Geral

Praca dos Poderes Municipais - nº 67 - Centro - Pirapora do Bom Jesus



Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus

PREFEITURA DE PIRAPORA DO BOM JESUS
Estado de São Paulo
Cidade dos Românticos

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2025 – COM BASE NO ART. 75, INCISO II DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

O Município de Pirapora do Bom Jesus, em conformidade com Art. 75, inciso II – da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público aos interessados que a administração municipal pretende realizar a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A MANUTENÇÃO E LIMPEZA URBANA DO MUNICÍPIO DE PIRAPORA DO BOM JESUS**, podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa.

Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 25/02/2025 às 8:00h

A proposta de Preços deverá ser entregue no Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus, sito a Praça dos Poderes Municipais, Nº 57, Centro, Pirapora do Bom Jesus, no horário de 08:00 às 16:00, em dias úteis ou pelo E-mail: Compras@piraporadobomjesus.sp.gov.br, até a data limite. O Edital/Termo de Referência da Dispensa estará disponível no Site Oficial do Município <https://compras@piraporadobomjesus.sp.gov.br/portal> ou através do E-mail: Compras@piraporadobomjesus.sp.gov.br

Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone: (11) 4131-9191

Pirapora do Bom Jesus, 18 de Fevereiro de 2025.

ANDRIELLE CRISTINA DE AGUIAR
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Pirapora do Bom Jesus-SP, 19 de fevereiro de 2025

GREGÓRIO RODRIGUES PONTES MAGLIO

Prefeito Municipal

JOAO BOSCO
VIEIRA DA
SILVA JUNIOR

Assinado de forma
digital por JOAO BOSCO
VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Dados: 2025.02.19
18:24:07 -03'00'